

Desenvolvimento social e econômico integrado na África do Sul: uma perspectiva do bem estar social

Integrated social and economic development in South Africa: a social Welfare perspective

Antoinette LOMBARD¹

Resumo: Desde o surgimento da democracia em 1994, a África do Sul tem progredido de maneira significativa na ruptura com o colonialismo, o apartheid e a desigualdade. Diante dos contínuos altos níveis de pobreza e desemprego, e baixos níveis de educação, muitos sul-africanos permanecem excluídos social e economicamente. Em sua luta para ser um Estado desenvolvimentista, a África do Sul deveria encontrar um equilíbrio em sua política macroeconômica entre o crescimento econômico e a promoção do desenvolvimento centrado no ser humano. A adoção do Livro Branco para o Sistema Social em 1997 demandou o papel do setor de Assistência Social no desenvolvimento social. Essa adoção preparou o caminho para a assistência social utilizar estratégias de intervenção de investimento social para realizar a mudança social através do desenvolvimento integrado social e econômico. Concluiu-se que a investigação com base na eficácia das intervenções de investimento social é vital para que o serviço social obtenha reconhecimento como um parceiro social em desenvolvimento.

Palavras chave: Desenvolvimento social. Desenvolvimento econômico. Bem-estar social. Estado de desenvolvimento. África do Sul.

Abstract: Since the dawn of democracy in 1994, South Africa has made significant progress in breaking from decades of colonialism, apartheid and inequality. In the face of continuing high levels of poverty and unemployment, and low levels of education, many South Africans remain socially and economically excluded. In its striving to be a developmental state, South Africa should strike a balance in its macroeconomic policy between economic growth and promoting human-centred development. The adoption of the White Paper for Social Welfare in 1997 mandated the social welfare sector's role in social development. It paved the way for social work to utilise social investment intervention strategies to effect social change through integrated social and economic development. It is concluded that evidence-based research on the effectiveness of social investment interventions is vital for social work to obtain recognition as social partner in development.

Keywords: Social development. Economic development. Social welfare. Development state. South Africa.

Submetido: 20/9/2011

Aceito: 30/11/2011

¹ Professora de Serviço Social e Chefe do Departamento de Serviço Social e Criminologia, Universidade de Pretória, África do Sul. E-mail: <antoinette.lombard@up.ac.za>.

Introdução

Desde o advento da democracia em 1994, a África do Sul tem progredido de maneira significativa na ruptura com décadas de colonialismo, o apartheid e a desigualdade (DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS AMBIENTAIS E TURISMO, 2008), e ao fazê-lo, ela ofereceu ao mundo um modelo de como sociedades extremamente divididas podem avançar (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). O racismo estatutário tem sido substituído por uma ordem constitucional e legal, voltada para os direitos humanos (DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS AMBIENTAIS E TURISMO, 2008).

A África do Sul tem percorrido um longo caminho de transformação e união do país desde 1994 (AKOOJEE, GEWER, MCGRATH, 2005); entretanto, o processo de transformação está longe de estar completo e a África do Sul continua uma sociedade dividida (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). Continua exclusão social e econômica de milhões de sul-africanos reflete-se em altos níveis de pobreza, desigualdade de renda e acesso à oportunidade, os quais pressionam o desenvolvimento humano e o progresso econômico, em especial quando se trata de educação e emprego (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). A transição política está “[...] ainda para ser traduzida em uma vida melhor” (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a, p.8), a qual per-

tence à transformação social e econômica.

O Presidente do Estado declarou ser 2011 “[...] um ano de criação de empregos, através de significativa transformação econômica e crescimento inclusivo” (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011b, p.5). Entretanto, desemprego e pobreza são ambos, questões sociais e fenômenos econômicos (THIN, 2002). Embora “[...] o crescimento econômico seja uma maneira essencial para atacar a pobreza e a desigualdade, [...] a qualidade desse crescimento importa tanto quanto a quantidade” (GREEN, 2008, p. 189). O crescimento econômico em si, não é então nenhuma garantia de que a pobreza será erradicada (HALL, MIDGLEY, 2004). O que se faz necessário é um caminho de desenvolvimento onde “[...] nós devemos todos estar preparados para fazermos as coisas de maneiras diferentes [...] encontrar um trajeto a seguir acordado – um caminho no qual a desigualdade e o interesse próprio abram passagem para uma trajetória de desenvolvimento a longo prazo, inclusivo e com bases amplas” (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2010a, p.2).

Será argumentado nesta pesquisa que o setor de bem estar social — e o serviço social em especial — é um parceiro social importante nesse caminho de desenvolvimento para facilitar a mudança social através do desenvolvimento socioeconômico integrado. Este estudo apresentará primeiro, de forma sucinta, o atual

contexto socioeconômico na África do Sul. Em seguida, um panorama do arcabouço da política de desenvolvimento para África do Sul, e seus problemas e desafios em alcançar o desenvolvimento socioeconômico. A próxima discussão contextualizará o mandato do bem-estar social desenvolvimentista e explicará como o serviço social desenvolvimentista justifica ser reconhecido por seu papel no desenvolvimento socioeconômico. Uma análise de uma organização sem fins lucrativos será utilizada como um estudo de caso para ilustrar o serviço social desenvolvimentista em termos práticos tangíveis. Finalmente, conclusões serão tiradas considerando o papel do setor de assistência social de promover desenvolvimento e transformação social e econômica na África do Sul.

Contexto de desenvolvimento socioeconômico

A África do Sul é um país de renda média-alta em virtude da média de renda nacional *per capita*, ou PIB *per capita*; entretanto, esse *status* esconde altas taxas de desemprego ancoradas pela pobreza disseminada, bem como a desigualdade extrema de renda e acesso à oportunidade (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). Embora a África do Sul tenha uma economia crescente e, sistematicamente, despesas fiscais crescentes para abordar a pobreza e o desenvolvimento (DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS AMBIENTAIS E TURISMO, 2008), a economia tem falhado em criar empregos no

ritmo necessário para reduzir extremamente o alto desemprego. Além disso, o sistema educacional tem falhado em assegurar que o gasto público compensatório na educação seja traduzido em melhoria na educação para crianças pobres e negras.

A Comissão Nacional de Planejamento (CNP) divulgou um relatório em 9 de junho de 2011 (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a) fornecendo o mais atualizado Panorama do Diagnóstico dos principais desafios que confrontam o país, o qual será brevemente apresentado nesta seção.

Somente 41% da população em idade ativa estão trabalhando e cerca de dois terços de todos os desempregados estão abaixo de 35 anos de idade. Os jovens estão mal preparados para formação adicional e para o trabalho. Na perspectiva dos governos norte-africanos,

[...] deve-se reconhecer os milhões de jovens que corajosamente vão contra a natureza e quebram barreiras sociais e políticas. Na África do Sul, estimativas conservadoras nos dizem que mais de metade dos sul-africanos abaixo de 25 anos estão desempregados. Eu realmente acredito que seria tolice para os líderes sul-africanos pensar que esses jovens desempregados e desconectados não poderão um dia iniciar uma revolução (NAIDOO, 2011, p.1).

Devido à história Sul Africana, a influência da juventude deve ser respeitada.

Embora o acesso a serviços (como eletricidade, saneamento e água) tenha melhorado consideravelmente desde 1994, desafios ainda existem na prestação de serviços básicos, em especial nas comunidades mais pobres (DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS AMBIENTAIS E TURISMO, 2008, p.7).

Embora a raça ainda seja a linha divisória principal, questões como gênero e localidade também são fatores importantes que explicam diferenças de oportunidade, composta pela desigualdade. Na extremidade superior do espectro de renda, a educação de baixa qualidade e o alto desemprego juvenil inibem a ampliação de oportunidade necessária para reduzir a desigualdade e sanar as divisões do passado. A distribuição de renda para os setores mais ricos e mais pobres da sociedade não mudou significativamente entre 1995 e 2005. A proporção de africanos no topo de 20% de rendimentos aumentou de 39% em 1995 para 48% em 2009 (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). A desigualdade na população africana tem crescido bruscamente. As taxas de pobreza em domicílios chefiados por mulheres são mais altas que a média, e as mulheres continuam a receber menos que os homens apesar da redução das diferenças nos anos de educação.

Desde 1994, o acesso e participação na educação têm aumentado para uma taxa de matrícula global bruta de 92 (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). A

educação é obrigatória até a idade de 15 anos. As escolas públicas respondem por mais de 96% dos alunos. A taxa de matrícula bruta para o ensino médio mostra que muitos alunos abandonam os estudos antes de completar a 12ª série (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). A qualidade da educação e os cuidados nos primeiros anos da infância para comunidades pobres e negras é inadequada e geralmente muito precária. Níveis baixos de alfabetização entre pais, baixa nutrição, violência e fragmentação social são fatores que explicam porque o desempenho escolar de crianças de comunidades pobres continua baixo em relação a seus colegas mais ricos.

A imagem global da saúde para África do Sul é a de um país que está passando por um cenário devastador de epidemias que contribuem para que o aumento de mortes seja tão grande quanto o número de mortes da base de referência de dez anos atrás (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). O aumento no total de mortes, a baixa expectativa de vida e a alta taxa de mortalidade infantil são todas evidências de um sistema de saúde em dificuldades. A África do Sul tem 0,6 da população mundial, 17% da infecção mundial de HIV e 11% dos casos mundiais de tuberculose. As taxas de mortalidade materna e infantil (43 em 1000 nascidos vivos e 625 em 100.000 nascidos vivos, respectivamente) são extremamente altas, e mais altas que em outros países de renda média (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). A evolução do HIV tem

mudado completamente a natureza da incidência da doença na África do Sul, em especial na última década. Tem havido um aumento drástico das mortes relacionadas à AIDS entre jovens adultos, que é mais acentuada por mulheres do que por homens. Outra situação é a incidência da síndrome do alcoolismo fetal, para o qual a África do Sul tem a taxa mais alta do mundo.

A África do Sul tem vibrantes organizações ativistas de gênero e um vibrante ministério da mulher, bem como uma legislação para equidade de emprego. Sucessos para 2010 refletem 44% de representação de mulheres no legislativo e 43% no Ministério, enquanto em nível de governo local, elas preenchem 40% de posições eleitas (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). Entretanto, práticas patriarcais ainda impactam negativamente na participação, cidadania e voz das mulheres. As mulheres ainda ganham menos do que os homens, em média, e somente 18% de gerentes são mulheres (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). Espera-se que as mulheres desempenhem seus papéis produtivo e reprodutivo (cuidar das crianças e dos doentes, buscar água e combustível), reduzindo assim a possibilidade dessas mulheres de se engajarem de forma adequada com a economia mais ampla. A violência contra mulheres é predominante e a taxa de abusos sexuais é extraordinariamente alta nos padrões internacionais, com baixas taxas de condenação por tais ofensas.

Embora o propósito do Relatório da Comissão Nacional de Planejamento (National Planning Commission – CNP) não tenha sido o de alcançar consenso nos principais desafios nacionais da África do Sul, as análises apontam para a necessidade gritante do desenvolvimento de habilidades, indicando para a educação e o emprego como sendo os desafios mais urgentes que o país enfrenta, seguidos de assistência médica e acesso aos serviços (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). A educação continua central para todos os tipos de liberdade na África do Sul (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011c).

Todos os problemas socioeconômicos mencionados acima estão estreitamente ligados e profundamente enraizados na prolongada história colonial e do apartheid. Portanto, um diagnóstico adequado da verdadeira natureza e das raízes das causas desses problemas é uma pré-condição para qualquer tentativa de resolvê-los ou amenizar seus efeitos negativos e humilhantes (TERREBLANCHE, 2002). Reconhece-se que para resolver essas divisões levará tempo, confiança e um equilíbrio cuidadoso entre sanar as divisões do passado e ampliar as oportunidades econômicas para todos, em especial para os negros (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a).

O Sistema de Política Desenvolvimentista para África do Sul

A Constituição Sul-Africana (Ato 108 de 1996), com sua consagrada carta de direitos humanos, é considerada a lei suprema da África do Sul e oferece um sistema global para o direito de um ambiente saudável para as futuras gerações, e o direito ao desenvolvimento socioeconômico.

Sendo signatária da Declaração do Milênio, a África do Sul está comprometida com os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os tem abraçado em um grupo nacional de dez prioridades (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2010b). Em meados de 2005, o Congresso Nacional Africano (CNA), em seu Conselho Nacional Geral, se comprometeu a construir um Estado desenvolvimentista (CNA apud EDIGHEJI, 2010). Esse compromisso é relevante para o desenvolvimento socioeconômico integrado porque implica que o governo reconhece seu papel de intervenção em abordar os desafios de desenvolvimento que o país enfrenta – inclusive o crescimento da economia e a redução das altas taxas de pobreza, desigualdade e desemprego (EDIGHEJI, 2010).

Apesar de ser um tópico polêmico, Edigheji (2010, p.2) argumenta que há evidência suficiente para sustentar a ligação entre democracia e um Estado desenvolvimentista. Fakir (COMISSÃO ELEITORAL DA ÁFRICA DO SUL, 2008, p. 21) aponta para a sinergia e o nexo entre os dois:

Enquanto um Estado desenvolvimentista lida com questões de prestação de serviço, capacidade do Estado e seu gerenciamento, um Estado democrático lida com questões de participação, direitos e ‘voz’ e promove inclusão. Uma combinação destes dois fará bem para o bem-estar da sociedade”. Entretanto, na perspectiva dos desafios subjacentes, é preocupante que muito do que se debate acerca do Estado desenvolvimentista na África do Sul é sobre ele ser visto como uma ‘panacéia para os problemas sociais, econômicos e institucionais’ (EDIGHEJI, 2010, p.3).

O verdadeiro desafio de ser realmente um Estado desenvolvimentista encontra-se na elaboração das capacidades institucionais e na formulação e implementação de políticas que o capacitará para alcançar seus objetivos de desenvolvimento (EDIGHEJI, 2010). Isso será difícil de alcançar na África do Sul tendo em vista a ausência no momento de uma visão ou estratégia nacional comum para alcançar um desenvolvimento sustentável (DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS AMBIENTAIS E TURISMO, 2008; REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a).

A primeira armadilha é a tendência entre os formuladores de políticas públicas de proclamar a África do Sul como um Estado desenvolvimentista (EDIGHEJI, 2010), embora ela ainda esteja progredindo para esse. Essa reivindicação está sendo feita “[...] antes de empreender as tarefas difíceis de elaborar e fortalecer instituições desenvolvimentistas, e formular e implementar políticas que a capacitará a alcançar seus objetivos desenvolvimentistas” (EDIGHEJI, 2010, p. 15).

Em um contexto de luta para ser um Estado desenvolvimentista, a política macroeconômica continua sendo um desafio para o governo. A erradicação da pobreza exige políticas macroeconômicas destinadas a criar oportunidades de emprego, bem como acesso igual e universal a oportunidades econômicas, educação e treinamento, que promoverá subsistências sustentáveis através da livre escolha produtiva de emprego e trabalho; e serviços básicos sociais, inclusive benefícios da saúde (NAÇÕES UNIDAS, 2003).

Tem havido tensões sobre como equilibrar interesses rivais: assegurar políticas econômicas que sejam ao mesmo tempo sensíveis aos interesses de investidores e da maioria dos sul-africanos (EDIGHEJI, 2010). Em 2003, estava se tornando cada vez mais evidente na África do Sul que apesar do crescimento macroeconômico, emprego e estratégia de redistribuição (GEAR), adotado em 1997 terem obtido sucesso em guiar a política fiscal, sua natureza neoliberal tinha claramente causado seu fracasso como estratégia de criação de empregos e redistribuição (DU TOIT, NEVES, 2007). Para preencher essa lacuna, a Iniciativa de Crescimento Acelerado e Partilhado (ASGISA) veio em seguida, em 2007. Entretanto, quando isto ainda não alcançava os resultados esperados, o Caminho para o Novo Crescimento preparou o caminho com a principal recomendação de mudar o foco do crescimento centrado no consumo para o crescimento centrado no investi-

mento (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a).

Um segundo desafio em se tornar um Estado de desenvolvimento é a capacidade do Estado de adotar políticas adequadas. A crise de eletricidade é um exemplo disto (FINE apud EDIGHEJI, 2010, p.3). O Grupo Dinokeng (2009) considera a falta de capacidade do Estado como um enorme desafio para superar com relação a causar um impacto na transformação e no desenvolvimento socioeconômico na África do Sul. “Dezessete anos após o fim do apartheid, o setor público continua cronicamente instável” e não há ‘conserto rápido’ para questões do sistema profundamente arraigadas (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a, p.30).

Um dos desafios mais difíceis para a África do Sul em se tornar um Estado desenvolvimentista é encontrar um equilíbrio em prover o direito de assistência social e o direito de desenvolvimento. Subsídios sociais tem sido a estratégia anti-pobreza prioritária do governo democrático pós 1994 e, como resultado, o colaborador mais importante para a queda da pobreza de 2000 em diante (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). Naidoo (2011, p.1) questiona a aspiração da África do Sul de ser um Estado desenvolvimentista, afirmando que “[...] com 15 milhões de pessoas vivendo de donativos do governo, é difícil negar que a África do Sul é na verdade um Estado assistencialista”. A sustentabilidade dos

subsídios sociais como um colaborador para aliviar a pobreza está sob ameaça, e o próprio Presidente do Estado tem apontado a necessidade de estratégias de saída: “Já que estamos construindo um estado de desenvolvimento e não um estado assistencialista, os subsídios estarão ligados à atividade econômica e ao desenvolvimento comunitário, para possibilitar que os beneficiados de curto prazo tornem-se auto-suficientes a longo prazo” (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011c, p.3).

Se o desenvolvimento é medido principalmente em termos de crescimento econômico em vez de promover o desenvolvimento centrado no humano (EDIGHEJI, 2010), o papel importante que a política social desempenha em um Estado desenvolvimentista é ignorado. A abordagem desenvolvimentista do bem-estar social ressoa com a ‘abordagem das capacidades’, um dos três cordões da perspectiva teórica para entender o Estado desenvolvimentista (EVANS, 2010, em EDIGHEJI, 2010), e é conhecida também como a abordagem de desenvolvimento social para o bem-estar que está associado com capacidades (MIDGLEY, CONLEY, 2010). Sen (2008, p. 13) se refere à escassez de renda como a “[...] visão clássica [...]” de pobreza, e argumenta que a pobreza, em última análise, deve ser vista como “[...] não liberdades [...]” de vários tipos, tal como a falta de liberdade para alcançar condições de vida minimamente satisfatórias; a falta de serviços de saúde; a subjugação da mu-

lher; aspectos ambientais perigosos; e a escassez de empregos.

O Sistema Social e o desenvolvimento integrado social e econômico

Ao demonstrar compromisso com a transformação e a mudança para uma sociedade verdadeiramente democrática, o setor de assistência social adotou uma política de desenvolvimento na forma do Livro Branco para o Sistema Social (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 1997). Com a adoção da abordagem desenvolvimentista para o sistema social, os assistentes sociais têm, em princípio, se comprometido com o desenvolvimento social, o que implica “[...] promover o bem-estar do povo juntamente com um processo abrangente de desenvolvimento econômico” (MIDGLEY, 1995, p.25). Assistentes sociais “[...] têm reconhecido que melhorias no bem-estar material são resultado do progresso econômico, educação, e intervenções similares em vez de mudanças sociais e políticas mais amplas que incluem advocacia para produzir sociedades pacíficas, democráticas, igualitárias e justas” (MIDGLEY, 2010, p.17) de maneira sustentável.

O serviço social desenvolvimentista é também chamado de função de mudança social do serviço social através da qual promove melhorias no bem-estar do povo e em condições sociais mais amplas (MIDGLEY, 2010). O Fórum Mundial sobre Desenvolvimento Social de 1995, e a adoção dos objetivos de Desenvolvi-

mento do Milênio em 2000, revigoraram o desenvolvimento social. Uma abordagem desenvolvimentista é, então, uma ênfase renovada do compromisso do serviço social de erradicar a pobreza e a injustiça social, em vez de uma nova abordagem. Midgley (1996) concorda que historicamente, a ocupação do serviço social tem sido comprometida com a erradicação da pobreza. Isto é evidente na contribuição dos assistentes sociais para o trabalho preparatório e na construção das comunidades, bem como para defesa e *lobby* político, os quais ajudaram a moldar a função de mudança social do serviço social (MIDGLEY, 2010). Engelbrecht (2009) e Lombard (2003) consentem que o serviço social encontra-se na linha de frente no trabalho com pessoas confrontadas pela pobreza e, assim, vulneráveis e em risco. A abordagem desenvolvimentista não mantém as pessoas cativas como *vítimas* (LUND, 2008), mas enfatiza a natureza estrutural da sociedade injusta que as mantém cativas, incapazes de exercer seus direitos a liberdades de vários tipos. A abordagem desenvolvimentista então restaura o foco multifuncional inerente ao serviço social em ambos, micro e macro níveis, e enfatiza seu papel inestimável na sociedade no desenvolvimento socioeconômico. Isto pode também ser percebido na história, quando Ministros Responsáveis pelo Sistema Social, durante a Conferência das Nações Unidas em Nova York em 1969, advertiram que “[...] um equilíbrio adequado entre intervenções corretivas, de manutenção, e desenvolvimentistas

deveria ser encontrado, em especial, que os serviços de bem-estar social deveriam contribuir para o desenvolvimento nacional” (MIDGLEY, 2010, p.8).

O serviço social desenvolvimentista está comprometido com igualdade e justiça social e concentra intervenções nos pontos fortes, autonomia e aumento da capacidade das pessoas; entretanto, isto por si só não é suficiente para facilitar a mudança que refletirá o desenvolvimento integrado socioeconômico integrado. Como Midgley (2010, p.15) argumenta, o que se exige são investimentos concretos na forma de recursos e serviços, os quais são investimentos envolvidos em

[...] um conjunto de intervenções que, por exemplo, mobilizam capital humano e social, emprego facilitado e auto-emprego, promovem o acúmulo de bens, e de outras formas produzem melhorias significativas no bem-estar material de indivíduos, famílias, e comunidades (Midgley, 2010, p.15).

Assistentes sociais desenvolvimentistas acreditam que a participação econômica é a maior fonte de autonomia (MIDGLEY, 2010, p.1), e utilizam amplamente intervenções que especificamente melhoraram os padrões de vida, inclusive intervenções que são produtivistas, visto que promovem a participação econômica e aumentam rendas e bens (MIDGLEY, 2010).

Midgley e Conley (2010) descrevem como os assistentes sociais podem influenciar o desenvolvimento do capital humano, social, e econômico de maneira

direta e indireta. A influência indireta da economia inclui atribuir poderes e apoiar a população local em comunidades para lidar com problemas de racismo, discriminação e exploração, através da educação sobre essas questões; desafiar estruturas de poder exploradoras e opressivas; apoiar a expansão da educação, nutrição, saúde, acesso à assistência médica, serviços de saúde maternos e infantis, e planejamento familiar; e oferecer serviços de creche adequados que não apenas facilitem o emprego dos pais, mas produzam capital humano através da educação pré-escolar, da nutrição e de serviços médicos (MIDGLEY, CONLEY, 2010). Os assistentes sociais podem contribuir para direcionar o desenvolvimento econômico comunitário através do apoio à população local para estabelecer uma variedade de projetos econômicos, inclusive microempresas cooperativas, associações de poupança, aulas para preparação de deveres de casa após o horário escolar, aulas de alfabetização para adultos, creches, formação para o trabalho, e programas de indicação para o trabalho oferecidos por organizações sem fins lucrativos (MIDGLEY E CONLEY, 2010).

Na sessão seguinte, o Modelo e os programas de uma organização sem fins lucrativos serão utilizados como um estudo de caso para ilustrar o serviço social desenvolvimentista e sua contribuição para o desenvolvimento sócio econômico em termos tangíveis práticos.

Famílias do Futuro (Future Families): Estudo de Caso (Relatório Anual da Future Families, 2011)

Future Families é uma organização sem fins lucrativos que apresenta todos os componentes do desenvolvimento integrado social e econômico. Lançada em 2010, a organização presta serviços a crianças e famílias infectadas ou afetadas por pandemia de HIV/AIDS. Seu Modelo de Órfão e Assistência à Criança Vulnerável foi projetado para usar as habilidades escassas de assistentes sociais para alcançar grandes quantidades de crianças através do desenvolvimento de uma rede de profissionais na comunidade. Cada assistente social tem uma equipe sob seu comando, que abrange auxiliares de serviço social, líderes de equipe e cuidadores. A equipe pode alcançar 2.500 crianças por mês. Os cuidadores são bem conhecidos em sua comunidade e a rede de segurança garante que crianças pobres tenham alguém a quem recorrer. O sucesso de 230 membros da equipe está incorporado ao compromisso, ao bom treinamento e à autonomia para encontrar soluções com as famílias, crianças e comunidades onde servem.

Os serviços de assistência social oferecidos por *Future Families* esforçam-se para agir em conformidade com a ênfase principal da organização, o qual é oferecer assistência e apoio aos órfãos e crianças vulneráveis (OCVs) em suas famílias. Para atingir esse objetivo, cuidadores são treinados para alcançar famílias e OCVs. Informação específica tematizada que

aborda indicadores chave é passada adiante para as famílias para equipá-las para criarem seu próprio futuro de formas mais eficazes. Todo o trabalho é monitorado por assistentes sociais com a ajuda de auxiliares de serviço social e líderes de equipe. O impacto do trabalho é medido através do preenchimento de formulários de avaliação. Esse sistema de monitoramento e avaliação indica claramente se todos os serviços foram prestados e como a família e as crianças foram beneficiadas por eles, que, por sua vez, estimula novos planos de assistência para guiar o cuidador na abordagem das necessidades de cada família individualmente. Os serviços de supervisão são implementados para apoiar a equipe e delegar a eles poderes para lidar com suas próprias emoções bem como com as dos clientes. Os programas incluem o seguinte:

1. Os programas de aula para realização das tarefas de casa foram iniciados em várias escolas quando os assistentes sociais identificaram a necessidade devido à luta dos pais e responsáveis ou a incapacidade (devido à falta de educação ou por causa de emprego) para auxiliar seus filhos com os deveres/tarefas de casa. Os programas oferecem uma refeição; assistência ao dever/ tarefas de casa; discussão de habilidades para a vida; e ajuda dos voluntários e alunos da comunidade de vários cursos da Universidade de Pretória de áreas específicas, inclusive matemática, leitura, habilidades de escrita e

trabalhos de grupo com temas como *bullying* e como lidar com a perda.

2. O projeto *Holiday* (Feriado) inclui crianças nas idades entre 4 – 18 anos. O objetivo é oferecer às crianças oportunidade para construir um relacionamento com seus cuidadores e outros OCVs (crianças órfãs e vulneráveis); mantê-los seguros e fora das ruas; envolvê-los em programas educacionais (e.g. habilidades para vida, preparação para vida adulta e para fazer escolhas e tomar decisões certas); organizar excursões educacionais para prisões e museus; ofertar programas de prevenção sobre, por exemplo, HIV/AIDS, abuso infantil e abuso de substâncias; e oferecer sessões terapêuticas através de grupo de trabalho para lidar com a perda de entes queridos.

3. O programa de educação pelos pares *Vhutshilo*, desenvolvido pela Escola de Harvard de Saúde Pública e o Centro para o Apoio de Educação pelos Pares na África do Sul, é um programa de 13 sessões sobre temas tais como viver com mudança; comunicação; responsabilidades; tomada de decisões; HIV/AIDS; auto-estima; e segurança. Educadores de pares, em especial, se beneficiam com o programa à medida que recebem formação aprofundada e ganham experiência valiosa quando conduzem o programa.

4. O grupo de apoio sob a orientação do auxiliar de serviço social tem como alvo mães solteiras de diversos países, culturas e tradições, muitas das quais são re-

querentes de asilo ou refugiadas de países, tais como a República Democrática do Congo, Burundi, Ruanda, e Etiópia que tem escapado da guerra civil e da destruição de seu país para buscar asilo na África do Sul. Uma grande quantidade de famílias tem testemunhado a perda de membros da família e muitas famílias são chefiadas por pais solteiros ou mães solteiras, na maioria dos casos mães que têm que cuidar de si mesmas e de seus filhos. A maior necessidade comum entre essas famílias é a das mães, de viverem dentro de seus orçamentos para sustentar suas famílias. O objetivo do grupo de apoio para mães solteiras é de oferecer oportunidade para aprenderem umas com as outras; oferecer apoio umas às outras e conversar e discutir sobre tópicos que são de interesse e valor para elas como mães solteiras em um país estrangeiro, frequentemente sem família para apoio e orientação. Os tópicos discutidos incluem HIV/AIDS, a importância de orientação e cuidado espiritual, e os direitos e responsabilidades dos requerentes de asilo/refúgio na África do Sul. O grupo oferece um ambiente seguro para as mães compartilharem as dificuldades que experimentam em sua vida diária e ao mesmo tempo apoiarem-se mutuamente. O *feedback* das mães indica que tarefas cotidianas e outras, tais como tirar declarações e renovar documentos do asilo parecem mais fáceis de realizar. Seus relacionamentos continuam fora do ambiente do grupo, caso elas precisem de ajuda na forma de conselho, apoio emocional, ou até comida.

5. O programa *Granny* (Vovó) decorrente de um levantamento de necessidades realizado pelo gerente de Monitoramento e Avaliação, o qual percebeu que há muitas famílias chefiadas por avós que cuidam de seus netos, na maioria, órfãos. Grupos de avós foram criados com o objetivo de equipar as vovós com as habilidades necessárias para criar seus netos de maneira eficaz, apesar de seus desafios e necessidades únicas. Os tópicos incluem cuidado físico da criança; estilos de maternidade; estilo de vida saudável (por exemplo, nutrição e assistência médica); segurança; e habilidades para lidar com dinheiro. As crianças relatam que seus relacionamentos com suas vovós têm melhorado. Elas confiam em suas avós e podem compartilhar seus problemas com as mesmas. Um relacionamento mais aberto tem se desenvolvido entre elas e suas vovós.

6. O grupo de apoio Mamelodi (município) reflete uma verdadeira integração do desenvolvimento socioeconômico. Ele teve início em um local oferecido pela Empresa *Ford Motor* em 2001. O objetivo era de oferecer cuidado físico e psicossocial a adultos desempregados HIV positivos, moradores de Mamelodi. Membros do grupo foram apresentados ao tratamento anti-retroviral, o qual teve um efeito positivo em sua saúde. Uma oportunidade de geração de renda na forma de bijuteria foi iniciada. Esses objetivos ainda são a ênfase principal do projeto. Além disso, devido à mudança

nas necessidades das pessoas servidas pelo projeto, por causa de sua melhora de saúde, um componente de habilidades para vida/ habilidades sociais tem também sido apresentado, bem como um componente de treinamento de habilidades e emprego. O treinamento de habilidades visa equipar membros do grupo para começar um pequeno negócio (e.g. manicure e pedicure) com a visão de se tornar empregado. Se possível, eles são também auxiliados para encontrar emprego. Empresas que podem se beneficiar dessas habilidades específicas nas quais as pessoas são treinadas, são informadas e algumas já recrutam possíveis empregados. Os membros também se beneficiam tanto diretamente quanto indiretamente de sua frequência através do recebimento de uma refeição diária, vestimentas, habilidades, vales para supermercados, e uma pequena renda proveniente de bijuterias. A recompensa maior desse programa, entretanto, é o crescimento e o fortalecimento pessoal dos membros em um ambiente seguro e de apoio em grupo. A composição muda constantemente, visto que é limitada por um ano. Durante esse tempo, os membros são auxiliados com planejamento para sua independência, através de terapia individual e em grupo, para se ajustarem ao seu estado de HIV e viver uma vida positiva. Muitos membros tem se tornado parte da equipe de trabalho, educadores, e cuidadores dentro da organização *Future Family* onde eles recebem um salário (auxiliar de serviço social e

secretária) ou um estipêndio (cuidadores).

7. O programa de propagação de viveiro de plantas é um pequeno viveiro em operação no *Ford Care Centre* (Centro de Assistência Ford). Aqui, três auxiliares de jardim cultivam sementes em pequena escala para uma empresa que fornece plantas de óleos de essência para agricultores e, em grande escala, cultivam sementes de vegetais usadas para abastecer hortas que estão começando para famílias de OCVs em Mamelodi. No momento, 210 hortas têm sido cultivadas. O projeto de propagação da planta é gerenciado por um ex-membro do grupo de apoio. *Future families* também tem treinado e auxiliado outras organizações para começarem suas hortas.

O projeto de educação de HIV/AIDS *Mothusi* (significa 'ajudador') visa educar o público sobre HIV/AIDS; a importância de conhecer o *status*; e viver positivamente com o vírus ou prevenir infecção. Três mulheres HIV positivas, todas ex-membros do grupo de apoio, visitam clínicas, escolas, e empresas por toda a parte em Tshwane². Elas apresentam um testemunho poderoso de suas próprias vidas e experiências, e tem um vasto conhecimento de HIV que compartilham. Elas oferecem aconselhamento valioso enquanto visitam clínicas, onde as pessoas se sentem seguras para falar com

² Município situado na província de Gauteng, África do Sul, que engloba entre outras a cidade de Pretória (N.T.).

elas. Durante 2010, elas alcançaram 55.000 pessoas. Essas mulheres são extremamente dedicadas à educação e duas delas estão atualmente estudando para se tornarem auxiliares de serviço social.

A evidência de *Future Families* fala por si mesma em termos da abordagem desenvolvimentista, a qual é implementada pelo Diretor Executivo — que é também uma assistente social —, quatro assistentes sociais e doze auxiliares de serviço social. Eles têm utilizado uma estratégia de intervenção baseada na comunidade, de empregar os últimos 220 participantes da equipe das próprias comunidades para implementar o modelo de Orfãos e crianças vulneráveis para influenciar o desenvolvimento do capital humano, social, e econômico de maneira direta e indireta. A organização implementa o serviço social na linha de frente, onde as pessoas estão vulneráveis e em risco. Um aspecto desenvolvimentista chave do modelo é sua natureza participativa. Os profissionais e cuidadores são apenas os facilitadores desse processo. A participação também é refletida no Sistema de Monitoramento e Avaliação no qual os participantes de programas fornecem *feedback* dos programas e serviços. Esse *feedback* é, por sua vez, utilizado para programas melhorados, mas mantidos. A participação também se estende aos doadores engajados, o governo, e empresas, não apenas para os objetivos de recursos, mas também para a criação de trabalho/emprego.

O modelo e programas OCV apresentam uma abordagem desenvolvimentista com ênfase em promover direitos humanos e sociais, e utilizar abordagens que refletem autonomia, capacitação, e intervenções produtivistas. O impacto no desenvolvimento do capital humano é visível na construção do conhecimento e habilidades através da educação (crianças e adultos), nutrição, saúde e acesso à assistência médica. O impacto no desenvolvimento humano da *Future Families* é evidente em sua estratégia de desenvolvimento humano. Com somente quatro assistentes sociais profissionais e doze auxiliares de serviço social, eles expandem sua capacidade de recurso humano além das percebidas fronteiras profissionais construídas pelo homem até um grupo de trabalhadores de comunidades com autonomia para constituição das capacidades daqueles que necessitam para liberar suas não-liberdades. A extensão e impacto da força de trabalho demonstram bom governo.

Muitos membros têm se tornado membros da equipe, educadores, e profissionais da saúde dentro da organização *Future Family*, onde eles podem receber um salário (auxiliar de serviço social e secretária) ou uma gratificação (cuidadores sociais).

O desenvolvimento do capital social é evidente na construção da coesão social entre membros nos programas, mas também na organização mais ampla em que usuários do serviço se tornam em-

pregados que compartilham suas experiências através das comunidades e com outros empregados, encorajando o crescimento pessoal e destacando a importância do desenvolvimento de habilidades e de uma visão de carreira.

O desenvolvimento do capital econômico está incorporado nas habilidades e na formação que criam o trabalho autônomo ou preparam participantes para o emprego, seja no ambiente externo ou na própria organização. Quanto à saúde, *Future Families* aceita a pressão de cuidar de pessoas doentes distantes do sistema de saúde sul-africano já em colapso ao dar ênfase à: saúde de pessoas infectadas com HIV; produção de comida para subsistência sustentável; prevenção de infecção; facilidade de assistência em comunidades. A proteção não é apenas visível na prevenção de infecção de HIV, mas também na prevenção de abuso infantil e na promoção de comunidades e famílias mais seguras. O foco no ambiente enfatiza um componente muito importante de desenvolvimento sustentável.

Os programas da *Future Families* são dirigidos para os oito objetivos do Milênio, inclusive uma ênfase ou impacto na pobreza; educação primária; autonomia da mulher; mortalidade infantil (como resultado da prevenção e intervenção na saúde); sustentabilidade ambiental; e parceria global para desenvolvimento (doadores e conscientização do Modelo OCV).

Future Families segue “[...] a direção do bem-estar social desenvolvimentista, (o qual) espera alcançar menos assistência institucional e o desenvolvimento de diferentes grupos de pessoas com mais ajudas amplas e treinamento de habilidades” (LUND, 2008, p.41). No que diz respeito ao foco da assistência social desenvolvimentista e da perspectiva do bem-estar social sobre o desenvolvimento socioeconômico integrado, *Future Families* demonstra como a assistência social pode manter um equilíbrio entre intervenções corretivas, de manutenção, e desenvolvimentistas e, portanto, reivindica o reconhecimento da contribuição do setor para o desenvolvimento nacional.

Conclusão

Os programas sociais têm percorrido um longo caminho desde que foram acusados de consumir recursos públicos escassos (RAHEIM, 1996), e são agora reconhecidos por ter uma função de investimento social que contribui positivamente para o desenvolvimento (MIDGLEY, CONLEY, 2010). Porém, na referência do governo aos serviços de bem-estar social permanece uma associação forte da assistência social e as funções de profissão residual e manutenção, em oposição a sua função desenvolvimentista de contribuir para o impacto do desenvolvimento socioeconômico em nível nacional.

No estudo de caso da *Future Families*, a contradição de tal visão é claramente evidente. A perspectiva do Governo pode somente ser mudada pelos próprios assistentes sociais. Os assistentes sociais não podem partir do princípio de que “[...] julgamento profissional e *expertise* sejam um fiador de eficácia[...]” porque sem evidência expõe-se a profissão à crítica de que “[...] programas de bem-estar social são um desperdício, apresentados por razões políticas, e têm consequências negativas involuntárias” (MIDGLEY, 2010, p. 51). Essa crítica pode ser contraposta por metodologias de pesquisa baseadas em evidências, fornecendo dados sobre a eficácia das intervenções de investimento social na promoção da prática efetiva (MIDGLEY, 2010, p. 51).

É importante que o setor de assistência social comente as políticas e os documentos, tais como o Relatório da Comissão Nacional de Planejamento (CNP), para assegurar que os objetivos sociais estejam incluídos nos planos nacionais de desenvolvimento. A CNP, um conselho consultivo de especialistas, tem sido indicado pelo Presidente do Estado com a tarefa de divulgar um esboço para 2030 de uma declaração da visão de desenvolvimento a longo prazo, e recomendar um plano de desenvolvimento dinâmico para consideração do Ministério em novembro de 2011 (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). A assistência social tem que avaliar se o CNP adere ao compromisso do governo de um plano de desenvolvimento a longo prazo que fará crescer a economia, reduzir a pobreza, e

melhorar a qualidade de vida de todos os sul-africanos (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). Para a África do Sul se tornar um estado desenvolvimentista, suas políticas macroeconômicas precisam servir aos objetivos sociais, em vez da “[...] transformação social ser mantida refém da política macroeconômica [...]” e então, a política social precisa “[...] ocupar um lugar de destaque como uma ferramenta de política nas mãos do Estado” (EDIGHEJI, 2010, p.29). Como aponta o CNP, se a África do Sul for capaz “de alcançar amplo consenso de seus principais desafios nacionais, ela terá maiores chances de encontrar soluções sensatas e acessíveis” (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a, p.5).

Não obstante, é de grande importância que o governo construa sua própria capacidade de alcançar o *status* de um estado desenvolvimentista, que construa redes com a sociedade civil, inclusive com o setor de assistência social, em seu projeto transformador de melhoria do bem-estar humano e aumento de produtividade (EDIGHEJI, 2010). Essa sinergia envolve relações Estado-sociedade aliçadas na confiança e reciprocidade (EVANS apud EDIGHEJI, 2010). Um caso evidente que é relevante para a assistência social é o reconhecimento do CNP de que o desenvolvimento infantil está subfinanciado pelo governo e que as comunidades mais pobres continuam atrasadas apesar da política de compromisso com o desenvolvimento infantil (REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, 2011a). Este é

um exemplo de que a implementação de uma política social não está contribuindo para a necessidade urgente de promover o desenvolvimento da educação e de habilidades, enquanto ONGs, apoiadas por fundos de doação, podem potencialmente atingir esse alvo, mas lutam devido a limitações de recursos. Para que o desenvolvimento obtenha sucesso, exige-se que os líderes políticos tenham vontade política para dispor dos recursos necessários para desenvolver e implementar políticas e os programas (EDIGHEJI, 2010). Como agentes de mudança social, os assistentes sociais deveriam assumir o papel de estrategistas do desenvolvimento que “[...] buscam gerir o crescimento [econômico] para que ele maximize o bem-estar humano” (GREEN, 2008. p. 189).

Referências

AKOOJEE, S; GEWER, A.; MCGRATH, S. **South Africa: skills development as a tool for social and economic development.** Cape Town: HSRC Press, 2005.

DEPARTMENT OF ENVIRONMENTAL AFFAIRS AND TOURISM (South Africa). **People – Planet – Prosperity: a national framework for sustainable development in South Africa.** 2008. Available in: <<http://www.environment.gov.za>>. Access on: 30 Aug. 2011.

DINOKENG GROUP. **Dinokeng Scenarios: 3 futures for South Africa,** 2009. Available in:

<<http://www.dinokengscenarios.co.za/overprocess.php>>. Access on: 10 Apr. 2011.

DU TOIT, A.; NEVES, D. **In search of South Africa's second economy: chronic poverty, economic marginalisation and adverse incorporation in Mount frère and Khayelitsha.** Programme for Land and Agrarian Studies (PLAAS), School of Government, University of Western Cape, 2007.

EDIGHEJI, O. (ed.) **Constructing a democratic developmental state in South Africa: potentials and challenges.** Cape Town: HSRC Press, 2010.

ELECTORAL COMMISSION OF SOUTH AFRICA. **Multi-Stakeholders Conference (1997-2007): reflections on the state of electoral democracy in South Africa,** 8-10. October 2007. Available in: <<http://www.elections.org.za>>. Access on: 30 Aug. 2011.

ENGELBRECHT, L. Indebtedness of financially vulnerable households: What do social workers do? **Social Work/Maatskaplike Werk,** v.45, n.2, p.154-170, 2009.

FUTURE FAMILIES. **Annual Report: Future Families,** non-for-profit organisation. 2011.

GREEN, D. **From poverty to power: how active citizens and effective states can change the world.** Auckland Park, South

- Africa: Jacana Media with Oxfam International, 2008.
- HALL, A.; MIDGLEY, J. **Social policy for development**. London: SAGE Publications, 2004.
- LOMBARD, A. Entrepreneurship in Africa: social work challenges for human, social and economic development. **Social Work/Maatskaplike Werk**, v.39, n.3, p.224-239, 2003.
- LUND, F. **Integrating local economic development and social protection: experiences from South Africa**. Geneva: International Labour Office, 2008.
- MIDGLEY, J. **Social development: the developmental perspective in social welfare**. London: SAGE Publications, 1995.
- MIDGLEY, J. Involving social work in economic development. **International Social Work**, v.39, p.13-25, 1996.
- MIDGLEY, J. Community practice and developmental social work. In: MIDGLEY, J; CONLEY, A. (eds). **Social work and social development: theories and skills for developmental social work**. New York: Oxford University Press, 2010. p. 167-204.
- MIDGLEY, J; CONLEY, A. Introduction. In: MIDGLEY, J; CONLEY, A. (eds). **Social work and social development: theories and skills for developmental social work**. New York: Oxford University Press, 2010. p. 13-20.
- NAIDOO, J. **The coming "Egyptian Moment" in South Africa**. 2011. Available in: <http://www.ippid.org.2011_03_01_archive.html>. Access on: 30 Aug. 2011.
- RAHEIM, S. Micro-enterprise as an approach for promoting economic development in social work: lessons from the self-employment investment demonstration. **International Social Work**, v.39, p.69-82, 1996.
- REPUBLIC SOUTH AFRICA. **Constitution of South Africa: Act 108**. Pretoria: Government Printers, 1996.
- REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. The Presidency. National Planning Commission. **South Africa's troubles: a diagnosis: diagnostic overview**. June 2011a.
- REPUBLIC OF SOUTH AFRICA (RSA). **State of the Nation Address by his Excellency JG Zuma, President of the Republic of South Africa, Joint sitting of Parliament**. Cape Town. 10 February, 2011b.
- REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. **Motlanthe: address by the Deputy President of South Africa, Educational International Sixth World Congress**, Cape Town. 22 July, 2011c. Available in: <<http://www.polity.org.za/article>> Access on: 30 Aug. 2011.

REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. **Budget Speech by Pravin Gordhan, Minister of Finance, Joint sitting of Parliament.** Cape Town. 17 February, 2010a.

REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. **Millennium Development Goals Country Report,** 2010b. Available in: <http://www.statssa.gov.za/news_archive/Docs/MDGR_2010.pdf>. Access on: 30 Aug. 2011.

REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. Ministry for Welfare and Population Development. White Paper for Social Welfare. **Government Gazette,** Pretoria, v.386, n.18166, 1997. Notice 1108 of 1997

SEN, A. Foreword. In: GREEN, D. **From poverty to power: how active citizens and effective states can change the world.** Auckland Park, South Africa: Jacana Media with Oxfam International, 2008.

TERREBLANCHE, S. **A history of inequality in South Africa: 1652-2002.** KMM Review Publishing, 2002.

THIN, N. **Social progress and sustainable development.** Bloomfield: Kumarian Press, 2002.

UNITED NATIONS. 2003. **Habitat Agenda.** Available in: <<http://ww2.unhabitat.org/declarations/ch-4c-3.htm>>. Access on: 22 Aug. 2011.